

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

«PORQUE HAVEMOS DE DEIXAR NAS MÃOS DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS PERSPECTIVAS QUE TANTO NOS DIZEM RESPEITO?».

A COLABORAÇÃO ARQUEOLÓGICA INTERNACIONAL NO PORTUGAL DOS ANOS 50-60 DO SÉCULO XX: TRADIÇÕES, INOVAÇÕES E CONTRADIÇÕES¹

Ana Cristina Martins²

«Dispomos de textos sobre o Património, instituições, de biografias das personalidades mais destacadas, mas falta o estudo dos mecanismos e das genealogias, da trama mais profunda na qual se formam os projectos, se estruturam os discursos e constroem os conhecimentos.»
(Lemos, 2013: 32)

RESUMO

Ausente dos principais circuitos de produção, transmissão e recepção de conhecimento arqueológico, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) é essencial na formação de um conjunto de jovens liceais e universitários aos quais competiria definir e reorientar a política patrimonial no país já em plena democracia. Insistindo na actualização permanente de conhecimento e na adopção das mais recentes técnicas de escavação geradas, na sua maioria, em contexto britânico, E. da Cunha Serrão apela à interdisciplinaridade e colaboração institucional, assumindo-se como expoente de uma ‘geração em trânsito’ determinante para o futuro da arqueologia em Portugal. Particularidades exploradas no texto a partir de uma sua interrogação eivada de aparente contradição. **Palavras-chave:** Eduardo da Cunha Serrão, ‘Geração em trânsito’, “Nova arqueologia”, Ciência em Portugal.

ABSTRACT

Despite being absent from the main circuits of production, transmission and reception of archaeological knowledge, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) is essential in the formation of a group of university and high school youths who should define and reorient the heritage policy in the country already in Full democracy. Insisting on the constant updating of knowledge and the adoption of the most recent digging techniques generated, mostly in the British context, E. da Cunha Serrão appeals to interdisciplinarity and institutional collaboration, taking on the role of exponent of a decisive ‘transit generation’ for the future of archaeology in Portugal. Particularities explored in the text from an interrogation full of apparent contradiction.

Keywords: Eduardo da Cunha Serrão, ‘Generation in transit’, “New archaeology”, Science in Portugal.

1. Texto produzido no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BDP/105375/2014, atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu. Este texto constitui, ainda, um *output* do projecto “ Inter-Arq – Archaeology and interdisciplinarity: archaeological and historical research on interdisciplinarity in the History of Spanish archaeology (19th and 20th centuries.”, financiado pela Agencia Estatal de Investigación y pelo Fundo Social Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), n.º ref. HAR2016-80271-P. Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història (2017-2019).

2. FCT, IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH-NOVA; ana.c.martins@zonmail.pt

1. INÍCIO: INTERROGAÇÕES, FONTES E METODOLOGIA

Proferida por Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) no início dos anos 70, a frase seleccionada para abrir este texto exprimirá certo desconforto quanto à arqueologia praticada em território português, ao mesmo tempo que uma hipotética visão identitária de cariz nacionalista desta actividade.

Afirmção, em forma de interrogação retórica, que poderá surpreender num primeiro momento, ao recordarmos como o próprio E. da Cunha Serrão pugna pela colaboração internacional em arqueologia, pelo menos desde finais da década de 50. Mas uma análise mais atenta permite entendê-la à luz de um padrão discursivo de raiz Oitocentista que ainda preponderava nalguns círculos académicos nacionais. Tratar-se-á, no entanto, de um modelo algo inconsistente pela contradição aduzida, ao procurar conter a liderança estrangeira num momento em que se desdobram as exigências de cooperação internacional, também em nome do desenvolvimento científico.

Mas será uma incoerência ou uma estratégia para acautelar a hegemonia estrangeira nas actividades arqueológicas em Portugal? Será um antagonismo ou um modo de alcançar apoios individuais e institucionais que permitam concretizar determinados projectos arqueológicos? Será um paradoxo ou uma forma de agilizar a obtenção dos meios há muito exigidos para o desenrolar célere do exercício arqueológico no país? Não será, antes, uma elocução destinada a suscitar o interesse da agenda política prevalectante no país, despertando-a, em definitivo, para o temário arqueológico?

Estas são interrogações às quais procuramos responder com base na análise de fontes primárias e secundárias, algumas das quais inéditas e abrangendo registos de memória oral, enquanto avaliamos a forma, o conteúdo e o impacte de colaborações internacionais ocorridas na arqueologia em Portugal entre finais dos anos 50 e inícios de 70, mormente da responsabilidade de membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-).

2. I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA: O “ESTADO DA ARQUEOLOGIA”

Evocando o primeiro centenário do nascimento de Leite de Vasconcelos (1858-1941), o I Congresso Nacional de Arqueologia (ICNA) decorre num ano cru-

cial para o pensamento arqueológico ocidental, com conhecidas repercussões à escala mundial (Preucel e Hodder, 1996).

Com efeito, é em 1958 que Lewis R. Binford (1931-2011) publica *New Archaeology* e David L. Clarke (1937-1976) *Analytical Archaeology*. Mas apesar da sua relevância, o efeito destas duas obras faz-se sentir muito mais tarde no seio da ainda reduzida comunidade arqueológica portuguesa, por mão de uma nova geração de arqueólogos (Martins, 2016). Uma geração insatisfeita com anacronismos verificados na produção, transmissão e recepção da arqueologia no país, ansiando por romper fronteiras e abraçar visões interdisciplinares para melhor entender diferentes realidades, actuais e pretéritas. Uma forma renovada de olhar o passado que exige uma colaboração estreita e sistemática com outras ciências, nomeadamente humanas e sociais, assim como o incremento de projectos multidisciplinares, com realce para as áreas exactas e naturais, até pelos métodos de exame e de análise que podiam aportar aos estudos arqueológicos. Cooperar exige, no entanto, uma aproximação contínua a instituições portuguesas e estrangeiras, pois o país carece de profissionais na área e o destino da disciplina é ditado por quem ainda resiste, mesmo que inconscientemente, a novas abordagens. Situação algo contraditória ao incentivo de internacionalização por parte de organismos nacionais de política e gestão científica (Rollo *et alii*, 2012).

Há, pois, que repensar teorias e práticas para entendimento geral de realidades transactas. Nada que seja, propriamente, novidade. Há muito que se procura a proximidade a colegas estrangeiros, a julgar pela presença de arqueólogos portugueses em encontros internacionais, a significativa troca de correspondência e a co-organização de reuniões abrangendo temas arqueológicos. Exemplo disto, os Congressos Luso-Espanhóis para o Avanço das Ciências, nos quais se desenrola uma verdadeira diplomacia científica em nome do incremento das relações ibéricas:

a parte relevante que no progressivo desenvolvimento da confraternidade académica das duas Pátrias cabe à acção conjunta e harmónica dos dois organismos congéneres para uma obra de aproximação que bem pode merecer a reflexão e servir de exemplo às gerações vindouras: aquele Conselho Superior e o Instituto de Alta Cultura, *promotores da reforma mental e do renascimento intelectual da Espanha e de Portugal* (Tavares, 1962: 10. Nosso itálico)

Mas, no que respeita à arqueologia, trata-se, na maioria das vezes, de uma aproximação pouco consequente por ainda prevalecer entre nós o estudo tipológico e a leitura histórico-cultural (Martins, 2016). Nada que pareça, todavia, impedir o reconhecimento de novidades produzidas além-fronteiras e a necessidade de as recepcionar. Não será, porém, o momento de as apreender na totalidade, havendo que esperar por uma geração em cujas mãos ficará o destino da arqueologia no país. Tal sucederá volvida uma década.

Reunindo quase todos os estudiosos da arqueologia em Portugal, o ICNA permite mapear os trabalhos realizados até então, rastreando temas, períodos, épocas e territórios. Possibilita, ainda, identificar autorias e instituições, numa construção informal de redes de contacto através das quais se divisam dificuldades e se assinalam eventuais soluções.

Aferindo o estado da arqueologia no país e potenciando debates teóricos, o ICNA abre caminho a discussões metodológicas e ao escrutínio de conclusões preliminares de estudos realizados, acabando por revestir dimensão ibérica, também pelas conferências proferidas por colegas espanhóis, comunhão de temas e estágio de desenvolvimento da arqueologia em Espanha (*Ibid.*).

Sendo o primeiro encontro nacional de discussão arqueológica, o ICNA procura sensibilizar os decisores políticos portugueses para a relevância (incluindo política) da produção de conhecimento na área, instituindo-a na universidade e criando instrumentos que garantam o seu exercício e divulgação. Intuíto que é atendido parcialmente pela organização do congresso, a julgar pela presença de importantes figuras da política nacional na sessão de abertura e publicação, no espaço de um ano, do primeiro volume das actas subsidiadas pelo Instituto de Alta Cultura (IAC) (1952-1976) (*Ibid.*). À semelhança, contudo, do verificado após o encerramento dos trabalhos do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (CIAAP) (Lisboa, 1880), as esperanças acanham-se um pouco pelo adiamento da edição do segundo volume das actas e da realização do IICNA (*Ibid.*). Minoram mas não desalentam, antes animam com inovadores métodos, metodologias e teorias (Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, 1959-1960) que demandam interdisciplinaridade e colaboração interinstitucional, incluindo de nível internacional (*Ibid.*).

3. EDUARDO DA CUNHA SERRÃO (1906-1991)

Uma das figuras centrais do ICNA é a Eduardo da Cunha Serrão, pela novidade metodológica que apresenta, recente em Portugal, porém brotada e aplicada há muito na Grã-Bretanha (Actas e Memórias...).

E. da Cunha Serrão é, sem dúvida, um caso interessante e único na arqueologia em Portugal. Não pelo amadorismo, até por ser esta a situação prevalecente de quantos se dedicam ao seu exercício entre nós, mas por se tratar de alguém que, não sendo professor universitário marca toda uma geração que com ele e através dele actualiza conhecimentos, desperta para novas abordagens, promove a interdisciplinaridade e abraça a colaboração internacional (Martins, 2016)³.

Mas o que leva um economista de 1.ª classe dos Correios e Telecomunicações, inspector da respectiva direcção dos serviços financeiros, a enveredar pela arqueologia⁴? Possivelmente, o mesmo que motivara um dos seus primeiros cultores Novecentistas, Joaquim Moreira Fontes (1892-1960)⁵, então já catedrático da Universidade de Lisboa: o *trabalh[ar] em arqueologia por paixão*, pelo fascínio da (re)descoberta do passado através da análise rigorosa dos seus vestígios (Serrão, 1959: 26). Nesse caso, porque não se dedica em exclusivo à actividade arqueológica? Possivelmente por inexistência de profissionalização na área e de reconhecimento social do seu exercício. Além disso, E. da Cunha Serrão não possuirá suficientes recursos pessoais e familiares que lho permitam fazê-lo, longe que estão os tempos em que a arqueologia era foro quase único de diletantes, ociosos e curiosos, e passatempo ou complemento de funções públicas e liberais, muitas vezes cumpridas a contragosto:

3. É o que sucede, por exemplo, em 1967, com a entrega a um laboratório de Colónia, de carvões recolhidos na Lapa do Fumo, para datação de C¹⁴ (Serrão, 1967: 32).

4. Aventamos a hipótese de o ingresso nesta instituição ser intermediada pelo padraço e irmão do pai, o engenheiro Humberto da Cunha Serrão (1885-1959), então chefe do Serviço.

5. Avançamos com a possibilidade de o encontro com Joaquim M. Fontes ocorrer em Sintra, onde este professor catedrático de medicina desempenhava funções autárquicas, e junto de quem E. Cunha Serrão obtém subsídios camarários para investigações arqueológicas que conduz na região.

não disponho senão dos meus conhecimentos e do tempo que lhes posso dedicar, o que é pouco, uma vez que *a investigação arqueológica, como qualquer género de investigação científica, implica dispêndio de numérico*. // Admitir-se que eu também poderia contribuir com mais esse esforço, seria considerar que estava investigando exclusivamente para enriquecer os meus conhecimentos (IC/IAC. *Idem*)

Já casado, E. da Cunha Serrão comentará que «[...] todo o meu entusiasmo resulta daquela sede de natureza que tu também sentes, e que deve estar acirrada pela tua situação actual de *pálido lisboeta e empregado público*. // [...] dia 3 [Setembro de 1933], dia em que *o prosaico dever de pagar uma renda de casa me chama a Lisboa*.»⁶. Obrigação que o acompanha ao longo da vida:

A solução destas e outras incógnitas [arqueológicas], talvez não caiba na vida de um arqueólogo que, como eu *não dispõe de tempo suficiente*, porque não se pode dedicar integralmente à arqueologia; *não tem colaboradores* cujo interesse seja duradouro; *não pode contar com meios materiais* em proporção com a tarefa presente a realizar (Serrão, 1960: 40)

Trata-se de uma obrigação profissional que entende limitar a liberdade de pensamento e gerar inércia intelectual: «[...] aquela tal Coimbra, que é preciso não se ser nela caixeiro, sapateiro ou empregado público para que a possamos olhar, babados de encantamento.»⁷.

Apesar destas manifestações tardias, denotamos em E. da Cunha Serrão uma inclinação apriorística por assuntos históricos e artísticos⁸ e competências que influirão os seus estudos arqueológicos.

Filho de Clementina de Miranda da Cunha Serrão e de Eduardo José da Cunha Serrão, E. da Cunha Serrão nasce no dia de Natal de 1906 e cresce em ambiente familiar que potencia o interesse pela área de estudo que abraçará décadas depois. Embora não siga as pisadas profissionais do pai e do padrasto, ambos engenheiros com funções de relevo em instituições nacionais, E. da Cunha Serrão ingressa, em

6. Retirado de *Memórias de Parede. I Parte. De 1914 a 1934* (Nossos itálicos).

7. *Ibid.*

8. *Ibid.*

1928, na Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Comércio (actual Instituto Superior de Economia e Gestão), onde se licencia em ciências económicas e financeiras com 15 valores.

Entretanto, os verões decorrem na Parede, cultivando amizades firmadas desde jovem. Entre elas, a da sua futura mulher, Ana Augusta de Campos Saldanha, e a de Eduardo Prescott Vicente, com quem reforçará o interesse pela arqueologia (*vide infra*)⁹. Conjuntamente a outras personalidades, desfrutavam da época estival em expansivos serões literários e musicais, discutindo os mais diversos temas de forma desassombrada, ao som do piano e da radiofonia, enquanto E. da Cunha Serrão apura os seus dons artísticos, desenhando e pintando. Um gosto transposto, em breve, para a arqueologia através da reprodução de materiais arqueológicos:

O Eduardo [Cunha Serrão] desde os tempos do tabuleiro tinha progredido na sua aptidão invulgar para as coisas do desenho, imaginando, caricaturando, pintando a aguarela os seus trechos de paisagem, com um interesse vivo e espontaneidade de traço que a todos se insinuava (não esquece os seus felizes apontamentos a tinta da China ou aguarela de assuntos da Grande Guerra). // Contribuía bastante para estes “serões” essa feliz ocupação do Eduardo¹⁰

Entretanto, amplia o seu apurado sentido estético e apreço pelo desenvolvimento tecnológico, ao adquirir, ainda jovem, uma máquina fotográfica, antes de utilizar máquina de filmar, que tão úteis se revelam no decurso das suas investigações arqueológicas¹¹. Interesses comungados pela sua já, então, mulher. Por isso o *casal Ana-Eduardo* ou simplesmente *Serrões* percorre o país e o estrangeiro de onde enviam as costumeiras epístolas nas quais se entrevê o seu *temperamento exuberante e apurado espírito crítico*¹². Mais do que isso, nelas divisamos referências à arqueologia desde, pelo menos, 1933, ou seja previamente ao enveredar no exercício arqueológico com

9. Segundo informação fornecida por Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista realizada pela signatária.

10. Dados retirados de *Memórias de Parede. I Parte. De 1914 a 1934*.

11. *Ibid.*

12. *Ibid.*

E. Prescott Vicente¹³:

Penela 30 de Agosto de 1933 [...] lá percorri mais uma vez aquella região onde o sentimento nos faz ficar presos por uma *emoção mista de interesse artístico, arqueológico e patriótico (coisa horrenda!)* a umas pedras dispostas ora mais à direita, ora mais à esquerda, mais acima ou mais a baixo, *vínculos indestrutíveis*, mas agora roídos pelo perigoso caruncho das ideias avançadas e fixas. // Estás a ver que me refiro às Mafras, às Alcobças, aos castelos de Leiria, Tórres, Pombal, etc., e tal, aos muros de Óbidos, aos Mosteiros da Batalha, *série emotiva de valores arquitectónicos, históricos, turísticos* [...]. // Confesso que é mau gosto gostar do cheiro a bafio da pedra esfarelada, mas que queres... acho giro; casa-se bem com o campo, talvez porque contrasta com os bellos mas saturantes esmaltes, metais polidos, madeiras envernizadas, paredes forradas, indumentária indispensável ao progresso, que se agrada, também faz tonturas e dôres de cabeça¹⁴

Atenção e sentimento renovados poucos depois quando, a 8 de Agosto de 1951, palestra, a convite, no salão nobre da Câmara Municipal de Vila Real: «... um Português deve conhecer bem tudo o que no seu País há de valioso, típico, belo, para poder ser consciente, sentidamente português...» (Serrão, 1951: 5). Nada, todavia, que o associe a saudosismos desusados, pois «Pertence o homem a uma espécie essencialmente progressiva mas, paradoxalmente, desconfia sempre do que é novidade.» (*Idem*: 16). Daí que defenda ser «Só o Estado, por motivos de longevidade e de função, [a] oferece[r] garantias de adaptabilidade às novas técnicas de exploração e até às novas ideias dominantes sobre o papel social das comunicações, novidades que surgem com o decorrer dos tempos.» (*Idem*: 19). Ideias reforçadas nos anos seguintes, nomeadamente enquanto arqueólogo, ao sustentar, com energia, a introdução, entre nós, de uma gestão arqueológica (científica e cultural) próxima da britânica, sustida no ancestral princípio de serviço público descentralizado. Paralelo inovador para Portugal, quando outros arqueólogos nacionais ambicionam aproximar a arqueologia no país ao modelo de funcionamento espanhol (Paço e

13. *Ibid.*

14. *Ibid.* (Nossos itálicos).

Bartholo, 1962)¹⁵.

Enquanto isto, E. da Cunha Serrão fortalece o seu interesse pela arqueologia em meados dos anos 40 ao transferir, quase na totalidade, o período estival de Parede para Venda Nova, Sesimbra¹⁶.

4. UMA BREVE ESTADA LONDRINA

Mas outro episódio determina a sua afirmação nesta área do conhecimento: a estada londrina. A viagem não é, todavia, da sua iniciativa. Empenhada em aprofundar o estudo do idioma inglês no *British Council*, sua mulher Ana Saldanha decide, em companhia de amiga comum, rumar a Londres, *para praticar com proveito máximo* durante algumas semanas¹⁷. Partem com E. da Cunha Serrão a 25 de Julho de 1952, em visita de estudo organizada por aquela instituição. Viajam no *Sud-Express* até Paris, de onde seguem para Inglaterra:

da viagem, decerto muita coisa haveria para contar se eles quisessem. Uma viagem a Paris (embora não inédita para qualquer deles), continuação até Londres e estadia aqui (estreia para a Ana e o Eduardo)... podiam encher um livro se quisessem! Entretanto esta crónica resumo limita-se a pôr aqui estes dados secos: o Eduardo esteve pouco tempo – ia só acompanhar a mulher para lá – voltando ao fim de oito dias de Londres¹⁸

São oito dias bem aproveitados por E. da Cunha Serrão, então com 46 anos de idade. Seja por curiosidade colhida no terreno ou por informações obtidas junto de várias entidades, entre as quais o próprio *British Council*, E. da Cunha Serrão fica ciente da problemática teórica e metodológica em arqueologia ao embrenhar-se na *Field Archaeology*¹⁹. Um des-

15. «Para estudo do seu passado pré e proto-histórico, Madrid, por exemplo, criou há alguns anos o Instituto Arqueológico Municipal [...] possuindo magníficas instalações de trabalho, uma excelente biblioteca da especialidade, uma oficina de restauro de cerâmicas, um museu...» (Paço e Bartholo, 1962: 289).

16. Dado retirado de *Memórias de Parede. II Parte. De 1935 a 1954*.

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*

19. Método que permite «... disciplinar as pesquisas e obter alguns elementos úteis sobre estratigrafia que puderam ser fácil e rigorosamente registados.» (Serrão, 1969: 341).

partar evidenciado após visitar o *Institute of Archaeology*, da *University College of London*, dirigido, desde 1946, por Vere Gordon Childe (1892-1957), cujo pensamento, juntamente com o método de trabalho de campo introduzido por Kathleen Kenyon (1906-1978) e Mortimer Wheeler (1890-1976), imprimiam uma nova dinâmica à arqueologia britânica, alterando o modo de escavar, registar, interpretar e divulgar as realidades exumadas. Dentro em pouco, E. da Cunha Serrão realça outros nomes, a exemplo dos franceses André Leroi-Gourhan (1911-1986) e Annette Laming-Emperaire (1917-1977), e do russo Sergei A. Semenov (1898-1978), algo inesperado tendo em conta o vigente cenário político português, mas não estranho quando o apelo à internacionalização da ciência é crescente em Portugal (Serrão e Vicente, 1960: 52).

5. A IMPORTÂNCIA DE VERANEAR EM SESIMBRA

A impressão produzida pela estada londrina manifesta-se em E. da Cunha Serrão no ano seguinte, em 16 de Setembro de 1953. Descobre então, com E. Prescott Vicente, a estação *eneolítica* de Parede que estudarão dois anos depois, assim como a necrópole de Azóia (Sesimbra) e a estação de Olelas (Sintra) achada pelos *dois Eduardos velhos amigos e jovens arqueólogos*²⁰.

Esta sua presença em Sesimbra, o interesse que revela pelo seu passado e a sua condição de colaborador do ‘Centro de Estudos de Etnologia Peninsular’ (CEEP), justificam o pedido que lhe é dirigido pelo município em 1955, na pessoa do seu presidente (1948-1958), o engenheiro José Brás Roquete, assim como pela ‘Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra’. Pretendem então que investigue o *Castelo* e outros locais (Serrão, 1959: 187) e promova a classificação e valorização do espólio destinado ao futuro museu regional (Serrão, 1964: 108). A partir deste momento, «... dediquei a minha especial atenção aos problemas arqueológicos do respectivo concelho.» (IC/IAC. *Idem*. Nossos itálicos).

Como sempre, um dos seus orientadores iniciais em arqueologia, A. A. Esteves Mendes Correia (1888-1960), apoia-o neste desafio enquanto director do CEEP e delegado da Junta Nacional da Educação

20. Dado retirado de *Memórias de Parede. II Parte. De 1935 a 1954*.

(1936-1977), à qual apresenta, em 1957, o programa de trabalhos que E. da Cunha Serrão lhe fizera chegar em Abril do ano transacto, após estudos prévios dos quais expõe *resultados objetivos* em Fevereiro de 1958 (Serrão, 1959: 187). Conclusões preliminares que revelam «[...] expressivos indícios de que em tais épocas nela [região de Sesimbra] se fixaram vários povos.» (*Idem*: 188), mercê de uma iniciativa «[...] que – ao contrário do que é habitual entre nós –, nasceu na própria região, pode exprimir o elevado expoente intelectual da sua *élite*.» (*Idem*: 187).

Três anos decorrem entre a presença de E. da Cunha Serrão em Londres e o início destes trabalhos sistemáticos, nos quais recorre à nova metodologia da quadriculagem do terreno. Com efeito, já o relatório inicial da escavação em Parede (1955) demonstra a importância da identificação da *camada arqueológica*, da análise do respectivo *conteúdo* e da «[...] abertura de uma simples trincheira de reconhecimento, que nos desse indicações sobre estratigrafia, riqueza em materiais e zona mais conveniente em que deveria incidir uma ainda possível escavação futura que então levaríamos a efeito dentro das regras que a técnica aconselha.» (Paço, Serrão e Vicente, 1957: 10). Ademais, ambos os autores têm muito que examinar, classificar e desenhar²¹, mencionando mais tarde E. da Cunha Serrão,

tudo isto de pouco vale se não interpretarem bem todos os dados obtidos. Só assim se fará ciência, ciência que constantemente suspeita das suas hipóteses e conclusões, que constantemente duvida do que parece evidente, que confere e reajusta as suas leis... Ciência, enfim (Serrão e Vicente, 1960: 52)

Mais. Entre outras referências, o relatório cita a de V. Gordon Childe, *L'aube de la Civilisation Européenne*, na tradução francesa de 1949 (Vicente e Serrão, 1958: 12), além de mencionar conceitos tão modernos na arqueologia portuguesa como o de *hinterland* para explicar a localização da estação, numa região que «[...] teve, nessas épocas recuadas, atractivos que permitiram o estabelecimento de populações eneolíticas, haja ou não coincidência quanto aos locais escolhidos para tal, no passado e no presente.» (*Idem*: 6), num exemplo do papel exercido pelas *condições geo-económicas* (Serrão, 1959: 189; Serrão, 1969).

21. *Ibid.*

Um conjunto conceptual engrandecido com actualização bibliográfica, enquanto perseguem o que entendem configurar uma série de regras, «[...] orientada, aperfeiçoada e divulgada pelo genial pré-historiador Victor Gordon Childe [...]» (*Ibid.*), destinadas a afirmar a arqueologia como ciência: *escavar bem, analisar bem*. Princípio ao qual agregam o da interdisciplinaridade, através de «[...] procedimentos transcendentais de rigor no decurso das prospecções e escavações; análise laboratorial dos materiais exumados, que *compete a técnicos de várias especialidades científicas* [...]» (Serrão e Vicente, 1960: 36. Nosso itálico). Até porque *o arqueólogo não pode ser enciclopédico* (Serrão, 1960: 19), como era reconhecido com frequência por autores coetâneos²².

O rigor é, sem dúvida, a palavra-chave (e não apenas para E. da Cunha Serrão²³), em contraponto ao cenário genérico da arqueologia no país, arrefecida ainda, e quase em exclusivo, a estudos tipológicos:

tais conjuntos [arqueológicos] não são grupos de materiais constituídos por peças em condições de jazida diversas que eu tivesse reunido arbitrariamente porque manifestavam afinidades tipológicas entre si. Em cada conjunto, nota-se, de facto, que há semelhanças tipológicas predominantes entre os materiais que os formam, mas ainda (só assim teria significado a sua individualização) *distingue-se de qualquer outro conjunto, em consequência da sua posição estratigráfica ou suficiente afastamento* (as sondagens e escavações obedeceram às regras técnicas indispensáveis) (Serrão, 1959: 191. Nossos itálicos)

As reflexões de E. da Cunha Serrão em torno da noção de ‘conjunto arqueológico’ são constantes, questionando a sua equivalência a *culturas* bem definidas e identificáveis nos materiais escavados ou a

22. «... os encontros de especialistas de vários ramos, a discutirem o mesmo assunto, oferecem inegáveis vantagens, porque vêm *contrabalançar o mal necessário que resulta da excessiva especialização*. [...] a *discussão interdisciplinar* é uma das maneiras eficazes de o corrigir.» (DIAS, Jorge (1962) – “Relatório”. XXVI Congresso Luso-Espanhol. Porto: APCC, p. 37. Nossos itálicos).

23. Embora não a apreendendo na totalidade, há quem reconheça a sua relevância no processo científico: «De acordo com o Prof. *Gordon Childe*, perfilhamos a ideia de que *uma escavação cuidada ali é absolutamente necessária, para se colherem elementos preciosos...*» (Paço e Bartholo, 1962: 290. Nossos itálicos).

associações falsas – «aggregates», segundo R. Braidwood (1907-2003), em *Terminology in Prehistory. Human Origins* (1945) (Serrão, 1960: 33)²⁴. Dúvida que pondera sempre, sobretudo quando a *Unidade Cultural não implica unidade racial, muito menos política* (*Ibid.*). Por isso, também, se deverá atender à leitura das unidades estratigráficas:

Mais frequente é depararem-se-nos culturas adulteradas por influências de outras, cujos elementos que as definam provêm de regiões por onde se expandiram e onde chegaram, em épocas diferentes, a cada uma dessas regiões. Destes fenómenos resultam desfigurações tipológicas, misturas e aparentes anacronismos estratigráficos. // Acresce que *a perduração de alguns elementos de determinada cultura, quando não de quase todos, por ter sido enorme*, especialmente nas regiões onde, como neste extremo ocidental do mundo antigo, as *ondas culturais* das novas civilizações distantes chegavam atrasadas e esbatidas...» (Serrão, 1959: 191-192. Nossos itálicos).

O ascendente epistemológico britânico manifestase também a outro nível. O exemplo da actuação do *English Heritage* motiva E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente a procurarem interessar as autoridades locais pela conservação e valorização desta descoberta, pois «Este património científico da Costa do Sol, que foi outrora tão acarinhado pela sua Junta de Turismo, merece as melhores atenções das autoridades municipais que o pretendem valorizar sob todos os aspectos.» (Paço, Serrão e Vicente, 1957: 6).

Trata-se de um conjunto de conhecimentos e de experiências que ambos transportam para as sessões do ICNA (Actas e Memórias...), instando à necessidade de actualizar leituras e de colaborar com entidades (individuais e colectivas) estrangeiras, em nome do desenvolvimento da arqueologia no país. Não obstante, a generalidade dos arqueólogos portugueses insiste em procedimentos desusados (como a abertura de valas e poços), com consequências desastrosas para as estratigrafias (Lemos, 2013: 34). Alheiam-se, por isso, do novo sistema de escavação, fosse por não entenderem as suas implicações na plenitude (nomeadamente por não dominarem

24. Termo retirado por E. da Cunha Serrão de *Terminology in Prehistory. Human Origins* (1945), de R. Braidwood (Serrão, 1960: 33).

o idioma inglês), fosse por seguirem filiados na escola histórico-cultural e nos seus conceitos centrais, como o 'difusionismo' e o 'migracionismo'. Ao que parece, não estão ainda preparados para adoptar ideias como as de *propagação*, *convergência* (incluindo *etnológica*), *movimento de refluxo*, *peça típica* (ou *bilhete de identidade*) (= 'fóssil director') (Serrão e Vicente, 1960: 38, 39, 47, 50. Nossos itálicos), *ondas culturais* e *conjunto arqueológico* (Serrão, 1959: 191-192. Nossos itálicos). Nada, porém, que impeça o próprio E. da Cunha Serrão de interrogar, por exemplo, «... a que ponto tais peças [típicas] possam, isoladamente, exprimir expansão de culturas, ou simplesmente influências de culturas.» (Serrão, 1960: 33).

No geral, o ICNA reconhece a premência destes factores de inovação, pelo que os encontramos vertidos nas respectivas conclusões e recomendações finais. Cumpri-los, contudo, exige o aumento de recursos humanos e materiais disponíveis na investigação arqueológica em Portugal, assim como a formação de diferentes públicos para que o seu exercício seja socialmente aceite. Sem isso, seria difícil e assaz moroso proceder com rigor no terreno, inspeccionando de modo eficaz os trabalhos de campo; formar, de modo abrangente, os futuros arqueólogos; aplicar métodos de ciências naturais e exactas (como os arqueométricos); difundir os novos métodos de escavação; ampliar o número de campos arqueológicos de tirocínio (Martins, 2016).

O caminho para o futuro da arqueologia no país está assim traçado.

Há, no entanto, que percorrê-lo e procurar quem ambicione transitá-lo. Por isso se insiste para que os futuros arqueólogos adquiram conhecimentos, instrumentos e competências fundamentais à afirmação definitiva da arqueologia como disciplina autónoma, provida de objecto, método e objectivo próprios de investigação (realçando o registo estratigráfico e tridimensional dos materiais), enquanto são introduzidos aos métodos analíticos e ao pensamento estruturalista.

Existira, é certo, uma vontade de caminhar nesse sentido. Mas eram tentativas quase sempre hesitantes, parcelares e truncadas, mais por desinformação do que por desconsideração, pois buscava-se inovar em aspectos como o gráfico (patente na segunda série de *O Arqueólogo Português*), a colaboração inte-

rinstitucional, nacional e estrangeira²⁵, e até interdisciplinar²⁶.

6. UMA NOVA DÉCADA, NOVOS PRESSUPOSTOS, NOVA GERAÇÃO: OS ANOS 60

Apesar de alguns desalentos momentâneos, a experiência reunida ao longo das últimas décadas; a renovada política científica; o reconhecimento crescente da arqueologia enquanto ciência que importa à (re)descoberta do passado; a verificação, por parte de autoridades locais, da valência da arqueologia na afirmação e projecção nacional e internacional de localidades e regiões; o desempenho mais notório de colecções e sítios arqueológicos nos roteiros turísticos e nos museus de diferente amplitude geográfica e cronológica; impedem que, no conjunto, as vontades tolham e suceda algo similar ao verificado após o IX CIAAP (Martins, 2016).

Ademais, as universidades (sobretudo a coimbrã) acolhem jovens professores que traçarão positivamente os destinos da arqueologia em Portugal, conferindo-lhe outra dinâmica, notoriedade e cientificidade reconhecida além-fronteiras (*Ibid.*). Uma energia decorrente de experiências colhidas no estrangeiro, de leituras actualizadas e da promoção de projectos de investigação interdisciplinares e transnacionais, *pouco prometedores para quem veja na arqueologia uma atraente e leve aventura* (Serrão e Vicente, 1960: 52).

Também Lisboa assiste a iniciativas congéneres de consolidação da docência, investigação, preservação, divulgação e gestão arqueológica, muito graças a Fernando de Almeida (1903-1979). Enquanto isso, a AAP reforça o seu papel por ocasião do primeiro centenário (1963) e os Serviços Geológicos de Portugal (1918) fortalecem a autoridade no domínio da investigação pré-histórica. Entretanto, e já sem Mendes Correia, o noroeste do país desdobra-se em acções, realizando os colóquios portuenses, num tentame descentralizador do exercício arqueológico, enquanto a cúpula administrativa da arqueologia portu-
gue-

25. Casos dos campos internacionais da Mocidade Portuguesa promovidos por Manuel Afonso do Paço (1895-1968) (Paço e Bartholo, 1962: 292-293.)

26. «Alguns elementos antropológicos destas mesmas grutas puderam ser devidamente estudados pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, da direcção do Dr. Xavier da Cunha.» (Leal e Paço, 1962: 302).

sa (primeira subsecção da segunda secção da Junta Nacional de Educação) é reestruturada (Lemos, 1987, 1989 e 1991), sendo E. da Cunha Serrão seu delegado no concelho de Sesimbra (Lemos, 2013).

Somente assim se garante a perpetuidade da actividade arqueológica no território, em vésperas da introdução das ciências sociais nos círculos intelectuais do país, por mão de academias oficiais e oficiosas e de meios universitários. Alterações ocorridas enquanto se clama por uma renovação pedagógica do ensino superior e pela adopção da estética e da atitude dimanadas da ‘contra-cultura’, num pano de fundo político que lhe é ainda adverso e adensado pelo estigma da guerra colonial. Mas a crescente pressão internacional colocada sobre o totalitarismo salazarista sujeita o país a estreitar, mesmo que timidamente, relações institucionais e a tecer colaborações interdisciplinares, convictos de que «... nenhuma das actividades humanas pode, como a investigação simbolizar os valores que sustentam a cultura universal e servir de sólido alicerce a uma colaboração sincera e perdurável.» (Tavares, 1962: 16).

É neste contexto que E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente continuam a investigar e a divulgar os seus estudos. E o novo decénio não pode ser mais auspicioso para os objectivos de E. Cunha Serrão, ao ser convidado a proferir a *oração* inaugural do ano associativo da AAP, em sessão extraordinária de 20 de Outubro de 1960 (Serrão, 1962: 13). Nela realça o imperativo da interpretação em arqueologia (Serrão, 1960: 18) e reitera a admiração pela epistemologia childeniana, citando *Piecing together the past* (Serrão, 1960: 19), publicada em 1956. Mais do que isso, E. da Cunha Serrão separa a arqueologia enquanto *atrofiado passatempo de antiquários* da sua assunção como *ramo vivo da antropologia, um sector das ciências sociais* (Serrão, 1966: 8); numa eventual influência da *Nouvelle Histoire* e da especificidade do ensino da arqueologia norte-americana.

Na verdade, E. da Cunha Serrão principia agora um novo ciclo de vida e trabalho ao ser chamado a dirigir, a título gracioso, o ‘Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra’ (Serrão, 1964), fundado em Maio de 1960, cuja,

modéstia das suas instalações e do conteúdo, pode suscitar ironia ou desdém de irreverentes, daqueles para quem um museu terá de ser cofre de fascinantes tesouros e obras de arte. Sofrerá grande desilusão, ao entrar, quem vier com os olhos cheiros de *Louvre* ou de *Prado*,

ou com os miolos vazios de todas as noções sérias (*Ibid.*)

Apesar desta circunstância, ou exactamente por ela, E. da Cunha Serrão entusiasma-se com o projecto, ciente de que «*um povo sem museu, é um povo sem tradição e sem alma*» (Idem: 107). Volta, então, a percorrer a região em busca de elementos que engrandecem as suas colecções, recorrendo com frequência à memória oral das populações locais e perscrutando com minúcia os trabalhos agrícolas e de construção civil (Serrão, 1964: 108). Tarefa que o faz concluir como, num museu nacional, o destino dos materiais assim coligidos era *o inevitável depósito das reservas, de onde nunca mais sairiam* (Idem: 109), numa áspera crítica ao estado de colecções transferidas para o (já) Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1893-). Reconhece, porém, que ao permanecerem com os achadores podem transformar-se em «Conjuntos fragmentados ou desligados entre si, destinos diversos, conforme a deliberação de cada possuidor ou dos seus herdeiros, materiais desviados da observação do público e dos estudiosos...» (Idem: 110). Por isso declara, com um radicalismo invulgar entre nós, que,

só vejo os materiais arqueológicos como elementos de estudo; considero-os materiais de carácter científico, que pertencem a todos e que, portanto, devem estar à guarda das entidades que representam a população (*Ibid.* Nossos itálicos) [...] // surge então *um novo tipo de museus*, o museu que, de simples depósito patente a visitante, toma as proporções de *promotor de pesquisas*. [...] Resultou de *pesquisas* e estimula o prosseguimento de *pesquisas*. [...] mas é *laboratório*, insisto, porque, aí se forjam deduções e conclusões; e também é *gabinete de estudo*, para quem pretenda obter cultura geral e especializada (Idem: 112. Nossos itálicos)

Daí que, «... dada a complexidade das tarefas inerentes à orientação do Museu, exploração e estudo das diversas estações [arqueológicas]...» (IC/IAC/Idem), co-organize, a partir de 1965, o ‘Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra’, editando, em 1967²⁷, um boletim interrompido no ano

27. Neste mesmo ano, a Junta Distrital de Setúbal, através dos seus Serviços Culturais, encarrega E. da Cunha Serrão de elaborar a carta arqueológica da região de Sesimbra (AAAP. Actas da Secção de Pré-História. 21 de Janeiro de 1967. Inédito).

seguinte por falta de verba, prosseguindo o ‘Centro’ «... porque os seus constituintes – um deles o signatário [E. Cunha Serrão] –, resolveram gratuitamente aplicar os seus conhecimentos em proveito da Arqueologia regional.» (*Ibid.*). Institui-se, assim, uma troika inseparável composta de museu, centro de estudos e revista, numa «... das nossas raras organizações estruturadas ao nível regional, para investigação arqueológica.» (*Ibid.*).

Não basta, porém, criar organismos como o sesimbrense. Há que formar museólogos conhecedores das necessidades do grande público, produzindo discursos acessíveis e esclarecedores, e contribuindo para a conversão do museu em espaço de «... *informação e pesquisa* relativamente a uma ciência, uma arte, uma região, um homem ou uma ideia.» (Serrão, 1964: 115-116. Nosso itálico).

Tudo parece, por conseguinte, encaminhado para que E. da Cunha Serrão seja mentor dilecto de jovens estudantes liceais e universitários entusiasmados com inovadores modelos de produção, transmissão e recepção de conhecimento arqueológicos, e preparados para integrarem projectos interdisciplinares, nacionais e estrangeiros.

E. da Cunha Serrão representa, sem dúvida, um dos expoentes daquela que denominámos de ‘geração em trânsito’ da arqueologia em Portugal (Martins, 2016). É, seguramente, decisivo na construção e asserção de uma nova forma de fazer arqueologia baseada na actualização permanente de conhecimentos, em colaborações pluridisciplinares, interdisciplinares e interinstitucionais, e na especialização de discentes universitários em centros de referência internacional. Somente assim se garante que seja norteadada pelos mais recentes parâmetros internacionais, teóricos e metodológicos.

Iniciado por mão de quem, intuindo e reconhecendo ser o momento de mudar, pouco ia além de análises tipológicas e de uma ténue abordagem histórico-cultural, esta ‘geração em trânsito’ passa o testemunho aos futuros arqueólogos, descerrando-lhes bibliotecas (mesmo que privadas) da especialidade, incentivando-os a fundarem grupos de investigação, disponibilizando-lhes espaços próprios de trabalho, encorajando-os a integrarem projectos de investigação e a publicarem resultado preliminares, e incitando-os a reflectirem, a questionarem, a gizarem programas inovadores e a expandirem horizontes.

Uma “geração em trânsito” que, no caso de E. da Cunha Serrão, ganhou foros de “paternidade es-

piritual”²⁸ (e não apenas científica) para quem procurava inclusão, orientação e incentivo, em ambiente de livre pensamento fundamental à adopção dos mais recentes azimutes arqueológicos procedentes de além-fronteiras, numa atmosfera de autêntica academia officiosa e informal localizada na sua própria residência, em Campo de Ourique, Lisboa²⁹:

*Os novos devem ser os mais estimulados, é certo, embora, às vezes, não se obtenham os resultados que deles esperamos. //Precisamente uma das tarefas que mais poderá contar no meu activo será *ter estimulado, e continuar a estimular, jovens*, entre os quais se contam os mais valiosos universitários que actualmente trabalham em Arqueologia (IC/IAC. *Idem*. Nossos itálicos)*

Por tudo isto, não surpreende que E. Cunha Serrão solicite amiúde junto da AAP e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-) para que José Morais Arnaud (1946-)³⁰, ainda estudante liceal (Secção de Arqueologia Pré-Histórica. I – 1956-1965. Acta n.º 73, de 10 de Novembro de 1966. Inédito. Nosso itálico), e Vítor de Oliveira Jorge (1948-), jovem licenciando, sejam autorizados a assistir às sessões de trabalho, antes mesmo dessa facilidade ser alargada a todos os membros do “Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras de Lisboa” (AAAP. Secção de Pré-História. Sessão de 29 de Abril de 1969. Inédito). Mais do que isso, E. da Cunha Serrão alegra-se com «... o merecimento do novo vogal [da Secção de Pré-história da AAP] Sr. José Arnaud, que depois de quatro anos de contacto e colaboração se *adaptou rapidamente ao espírito da nova arqueologia* e se mostrou, até hoje, de uma inabalável dedicação.» (AAAP. Secção de Pré-História. Acta n.º 100. Sessão de 23 de Novembro de 1967. Inédito).

28. Expressão utilizada por Vítor de Oliveira Jorge em entrevista à signatária.

29. Segundo Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária, lia-se e discutia-se, por exemplo, em 1972, *Portugal amordaçado*, escrito por Mário Soares (1924-2017) no exílio, em 1972.

30. É admitido como vogal na Secção de Pré-História da AAP em 23 de Novembro de 1967 (AAAP. Actas da Secção de Pré-História. Acta n.º 100. Sessão de 23 de Novembro de 1967. Inédito).

7. EPÍLOGO: CONTRADIÇÕES

Mas algo parece contraditório no discurso de E. da Cunha Serrão. Incentivando à colaboração estreita com outras entidades, designadamente estrangeiras, pergunta: «Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito?» (IC/IAC. *Idem*). Que subjaz a esta interrogação?

Tratando-se de carta dirigida ao IAC solicitando subsídio para avançar com estudos apoiados até então por outras entidades (caso da ‘Liga’), o inesperado tom nacionalista inserir-se-á numa estratégia destinada a sensibilizar este organismo estatal para a premência de patrocinar a arqueologia no país. Por isso sublinha também o facto de entidades estrangeiras, como o *Instituto Alemão de Arqueologia*, se debruçarem sobre assuntos essenciais à compreensão da ancestralidade do território, escavando o castro do Zambujal, com «... novos recursos técnicos à disposição da investigação arqueológica, requerem o dispêndio de tempo e de dinheiro.» (IC/IAC. *Idem*). Daí a interrogação: *Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito? (Ibid.)*.

A crítica, porém, não se dirige às equipas estrangeiras e não é original. Ela refere-se a quem, em Portugal, não auxilia a arqueologia, permitindo que continuem a escassear recursos humanos e materiais necessários à afirmação da *nova arqueologia (vide supra)*. Um ‘nova arqueologia’ que exige sólidas bases teóricas e práticas, e equipamentos vitais ao desenvolvimento de programas pluridisciplinares. A situação será tão gravosa que E. da Cunha Serrão adensa o argumento nacionalista, o único, possivelmente, a motivar as entidades competentes, num país onde a arqueologia pouco importará ao regime vigente: «Estou comprometido em vários planos de trabalhos de que *não posso desistir sem desprestígio pessoal*, e até *da arqueologia nacional* que, em alguns casos, está *correndo o risco de ceder as suas posições a equipas estrangeiras sempre bem fornecidas de meios materiais.*» (IC/IAC. *Idem*)

E. da Cunha Serrão não abandona o combate pela arqueologia em Portugal. Na verdade, fortifica-o já como membro das direcções das secções de Pré-História da AAP, de Arqueologia da SGL e do museu sesimbrense, obtendo auxílio de entidades como a Fundação Calouste Gulbenkian (1956-) que era já basilar no desenvolvimento científico no país, mor-

mente no domínio das disciplinas humanas e sociais. Todavia, os resultados mais assertivos deste longo e enviesado caminho surgem na viragem para a década de 70. É neste momento que a ‘geração em trânsito’ consegue, com efectividade, passar o testemunho a uma *nova arqueologia (vide supra)*. Uma ‘nova geração’ mais próxima das escolas francesa, britânica e alemã (Martins, 2016) que se embrenhará em breve na arqueologia processual enquanto mantém o diálogo ibérico e, através deste, a proximidade a outras realidades teóricas e metodológicas³¹. Não que desconhecesse por completo obras estruturantes do pensamento ocidental, e não apenas arqueológico, embora através de professores universitários de arqueologia que nem sempre assimilam o seu conteúdo, nem dominam os instrumentos fundamentais à sua correcta utilização³². Impreparação ultrapassada por docentes de outras disciplinas³³, com evidentes resultados positivos a breve trecho na arqueologia em Portugal. Realidade para a qual em muito continuou a contribuir o empenho, o entusiasmo, a perseverança e a generosidade de E. da Cunha Serrão.

Trata-se, no entanto, de um novo contexto que abordaremos oportunamente.

Lisboa, Primavera-Verão de 2017

AGRADECIMENTOS

O presente texto é devedor dos apoios e contributos do Dr. José M. Arnaud e da Dra. Sónia Tavares, da Associação dos Arqueólogos Portugueses; da D. Carla Abreu, da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Dra. Rafaela Conceição, do Instituto Camões. Agradecemos, ainda, ao Dr. João Caninas e ao Professor Vítor de Oliveira Jorge, pelos testemunhos que nos transmitiram e fizeram chegar de modo tão generoso.

31. Realidade presente, no entanto, em antigas províncias ultramarinas (Martins, 2016).

32. Segundo testemunho de Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária.

33. Casos de Jorge Borges de Macedo (1921-1996) – a quem, juntamente com Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), competira traduzir a obra childeniana *Man makes himself* –, e Orlando Ribeiro (1911-1997), segundo testemunho de Vítor de Oliveira Jorge, em entrevista à signatária.

BIBLIOGRAFIA

ACTAS E MEMÓRIAS do I Congresso Nacional de Arqueologia. 2 v.. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1959-1960.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa; Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. Braga. 5, pp. 91-110.

LEMOS, Francisco Sande (1991) – Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70 na Arqueologia do Sul de Portugal. *Forum*. Braga. 9-10, pp. 135-147.

LEMOS, Francisco Sande (2013) – “Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de estudo da arte rupestre do Tejo”. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, pp. 31-38.

MARTINS, Ana Cristina (2016) – ““Mission”: *modernize!* Portuguese archaeology in the 1960s (a preamble)”. In DELLEY, G., DÍAZ-ANDREU, M., DJINDJIAN, F., FERNÁNDEZ, V. M., GUIDI, A. and KAESER, M.-A. – *History of archaeology: international perspectives*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 179-186.

PAÇO, Afonso do; BARTHOLO, Maria de Lourdes (1962) – “Nota acerca de uma escudela do povoado do Bronze I de Montes Claros (Monsanto - Lisboa)”. *XXVI Congresso Luso-Espanhol, reunido na cidade do Porto de 22 a 26 de Junho de 1962*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 289-293.

PAÇO, Afonso do; SERRÃO, Eduardo da Cunha; VICENTE, Eduardo Prescott (1957) – “Estação eneolítica de Parede (Cascais). Reconhecimento de 1955”. Comunicação apresentada à 7.ª Secção do XXIII Congresso Luso-Espanhol – Coimbra, 1956. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.

PREUCCEL, Robert W.; HODDER, Ian (1996) – *Contemporary archaeology in theory. A reader*. Oxford: Blackwell.

ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela (2012) – *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: IC / INCM.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1959) – “Investigações arqueológicas na região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular”. Sep. v. homenagem ao Prof. Doutora Mendes Corrêa. Porto: SPAE.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1962) – “Alguns problemas arqueológicos da região de Sesimbra”. Sep. de Arqueologia e História, 8.ª s., v. IX. Lisboa: AAP.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1963) – “A guide to Sesimbra archaeological museum”. Sesimbra: Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1967) – “Noticiário”. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. N.º 2 – 15 de Abril de 1967.

SERRÃO, Eduardo Cunha (1969) – “Cerâmica com ornatos a cores da Lpaa do Fumo (Sesimbra)”. Lisboa: [se].

SERRÃO, Eduardo Cunha (1966) – “Germes milenários”. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia – 1965. Sep. *Lucerna*, v. V. Porto: Maranus.

SERRÃO, Eduardo Cunha Serrão (1951) – “E.I.M. [Escrita e Inventário do Material] – uma pequena pedra do alicerce dos C.T.T.. Palestra profissional n.º 89 pelo Inspector de Serviço Financeiro Dr. EJMCS. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T..

SERRÃO, Eduardo da Cunha (Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia); SALDANHA, Luiz (Museu Bocage – FCL) (1960) – “Vasos cerâmicos de Angola. Paralelos entre alguns exemplares actuais de Ambrizete e de Gabela e tipos pré-históricos europeus”. Lisboa: Geographica.

TAVARES, Amândio (1962) – “Discurso”. *XXVI Congresso Luso-Espanhol, reunido na cidade do Porto de 22 a 26 de Junho de 1962*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 9-17.

VICENTE, Eduardo Prescott; SERRÃO, Eduardo da Cunha (1958) – “Estação eneolítica de Parede. Notícia do seu achado”. Porto: SPAE.



Patrocinador oficial